UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

FELIZARDO OMAR ASSANE JÚNIOR

CONFLITOS ÉTNICO-SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO SOBRE O REGIONALISMO NA REGIÃO SUL DO PAÍS, MAPUTO CIDADE (2015-2026)

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2026

FELIZARDO OMAR ASSANE JÚNIOR

CONFLITOS ÉTNICO-SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO SOBRE O REGIONALISMO NA REGIÃO SUL DO PAÍS, MAPUTO CIDADE (2015-2026)

Projeto de Pesquisa apresentado no curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cristiane Santos Souza.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

FELIZARDO OMAR ASSANE JÚNIOR

CONFLITOS ÉTNICO-SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO SOBRE O REGIONALISMO NA REGIÃO SUL DO PAÍS, MAPUTO CIDADE (2015-2026)

Projeto de Pesquisa apresentado no Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 11/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Cristiane Santos Souza (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Marcos Vinicius Santos Dias Coelho (Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB

Prof. Dr. Ismael Tcham (Examinador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	5
2	**PROBLEMA DE PESQUISA**	6
3	**OBJETIVOS**	6
3.1	GERAL	6
3.2	ESPECÍFICOS	6
4	**JUSTIFICATIVA**	7
5	**REFERENCIAL TEÓRICO**	8
5.1	CONFLITOS ÉTNICO-SOCIAL	8
5.1.1	**Conflitos**	9
5.1.2	**Etnia**	13
5.2	REGIONALISMO	16
6	**METODOLOGIA**	27
7	**CRONOGRAMA**	28
	REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa visa abordar sobre os conflitos étnico-sociais em Moçambique, com atenção especial aos temas do regionalismo e tribalismo. Com isso, este projeto de pesquisa tem por objetivo compreender de que maneira o regionalismo e o tribalismo influenciam as relações sociais e as dinâmicas de poder entre moçambicanos provenientes das regiões Norte e Centro residentes na cidade de Maputo. Buscando compreender os fatores históricos, sociais e culturais que contribuem para a construção de relações de exclusão, negação e tensão entre diferentes grupos étnicos, investigando de que maneira o regionalismo e o tribalismo influenciam as relações sociais e de poder no contexto moçambicano.

De acordo com Conceição (2015), Moçambique está localizado no sudeste da África e em termos fronteiriços é delimitado por seis países seguintes: África do Sul, ESwatini, Zimbábue, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. Esses países fazem parte da região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Por outra, Lavieque (2020) mostra que na posição geopolítica que Moçambique se encontra, possibilita uma diversidade de identidades e culturas, o que faz com que no país sejam faladas várias línguas locais, entre elas: o Bitonga, Cichopi, Cimanika, Cindau, Ciniyungwe, Cisena, Ciwutewe, Echuwabo, Ekoti, Emakhuwa, Lolo, Shimakonde, Shona, Xichangana, Xironga e Xitshwa, e entre outras línguas que compreendem os diversos povos no país.

Ademais, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2022), Moçambique é um país vasto dividido em três regiões. Ao Norte, encontram-se as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa. No Centro Zambézia, Tete, Manica e Sofala e ao Sul do país, Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade, que é a sua capital. Português é a língua oficial do país. Assim, diante dessa diversidade, nos últimos anos observa-se o crescimento da dificuldade das pessoas do Sul de Moçambique em diferenciar uma pessoa que vem do Norte ou Centro do país. Outrossim, no Sul de Moçambique, um cidadão oriundo do Norte e Centro é chamado frequentemente de “xingondo”, uma palavra pejorativa para designar uma pessoa supostamente sem cultura e inferior.

Portanto, regionalismo e tribalismo têm causado grandes problemas no Estado moçambicano, e estes problemas não se limitam apenas aos dias de hoje. Entretanto, este fenômeno, observa-se desde muito tempo, causando conflitos étnico-sociais dentro do território moçambicano. Igualmente, esses mesmos conflitos acabam favorecendo alguns e prejudicando outros em vários espaços, desde a música, desporto, política, etc., que um certo grupo étnico ocupa esses espaços em detrimento aos outros grupos.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Bussotti (2023), Moçambique é um país vasto e com vários grupos étnico-sociais, tendo conquistado a sua independência da colonização portuguesa em 1975. Além disso, o autor ressalta que o poder, em Moçambique, está centralizado em uma única cidade, Maputo. O país tem enfrentado vários problemas ao longo desses anos, dentre os quais conflitos étnicos, problemas como é o caso do regionalismo e tribalismo, regime autoritário do partido único, guerra civil e desde 2017, ocorre o conflito armado na província de Cabo Delgado, região Norte do país. E como já destacava o primeiro presidente da república popular de Moçambique no seu discurso proferido em 1980, com as seguintes palavras:

> Lourenço Marques, centro de organização de conflitos entre grupos étnicos e raciais, entre os pretos: conflito entre xanganas e rongas; conflitos entre xanganas e rongas, que desprezavam os vatshwa; conflitos entre os xanganas, rongas, vatshwa e bitonga, que desprezavam o chope; mas juntavam-se todos os do Sul para desprezar os do Norte; os do Norte, em Lourenço Marques, eram considerados e tratados como estrangeiros [...] (Machel, 1980, p. 9).

Diante disso, a presente pesquisa busca responder à seguinte pergunta: de que maneira o tribalismo e o regionalismo influenciam a mobilidade social dos grupos étnico-sociais oriundos das regiões Norte e Centro de Moçambique residentes na cidade de Maputo?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Compreender de que maneira o regionalismo e o tribalismo influenciam as relações sociais e as dinâmicas de poder entre moçambicanos provenientes das regiões Norte e Centro residentes na cidade de Maputo.

3.2 ESPECÍFICOS

1. Analisar os conflitos étnicos-sociais que o regionalismo e o tribalismo desencadeiam para os povos não sulistas na região Sul de Moçambique, Maputo Cidade;

2. Estudar a divisão e a exclusão social dos chamados “xingondos[1]” na cidade de Maputo;
3. Apontar como o tribalismo influência nas relações matrimoniais, familiares, sociais e econômicas entre os povos do Sul para com os do Norte e Centro do país.

4 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa propõe analisar as dinâmicas étnico-sociais em Moçambique, partindo do entendimento de que tais relações são historicamente construídas e socialmente reproduzidas, e justifica-se na medida em que Moçambique enfrenta problemas decorrentes destas dinâmicas de forma que alimenta e intensifica conflitos e práticas de exclusão entre diferentes grupos étnico-sociais.

Por isso, é preciso levar a sério esta questão e dar a devida atenção, também, é preciso se observar com cautela, de forma crítica e urgente. Na mesma lógica, este trabalho visa mostrar os impactos desses problemas étnico-sociais que precisam ser discutidos por acadêmicos, intelectuais e cidadãos moçambicanos. Ademais, embora existam canais e plataformas que abordem essa realidade, a problemática ainda não tem recebido um tratamento consistente. As discussões, quando ocorrem, tendem a ser pontuais e insuficientes para promover uma reflexão mais ampla e contribuir efetivamente para a mitigação desses problemas. Com isso, acreditamos que o tema permanece pouco debatido e ainda carece de maior aprofundamento no meio acadêmico e na esfera pública.

A intenção desse projeto de pesquisa é contribuir para despertar a sociedade e acadêmicos moçambicanos, dentro e fora do continente, quanto a importância e urgência em estudar este processo que afeta o país e leva cada vez mais a conflitos e violências entre o povo moçambicano. Além disso, observa-se também que este mesmo problema acaba recaindo em vários cenários concernentes à ocupação de lugares e privilégios, acabando por colocar alguns como superiores e tantos outros como inferiores. Outrossim, esta pesquisa pretende ajudar a conscientizar o povo moçambicano, mostrando que Moçambique é dos moçambicanos e não de algumas pessoas, assim, este trabalho visa contribuir para promover laços de irmandade dentro e fora da pátria moçambicana.

[1] Em Moçambique (no Sul) indica um cidadão oriundo do Centro e Norte de Moçambique. Ademais, é um termo pejorativo que rotula a pessoa como indivíduo rude; boçal; selvagem. Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/xingondo . Acesso em: 20 nov. 2025.

Esta pesquisa surgiu por curiosidade pessoal, pois, sendo do Norte do país, tive que me transferir para o Sul. Em função dessa mudança, pude observar impedimentos atribuídos aos ditos "xingondos" em várias áreas, desde a música, desporto, moda, política, etc. Por experiência própria, passei por discriminação de gênero, especificamente no âmbito desportivo. Pois, ser jogador foi o que me levou a sair da minha região Norte de Moçambique, especificamente da cidade de Pemba (Cabo Delgado), para o Sul do país (Maputo), onde, por não ser dessa região me colocavam como o "outro", dava para perceber/sentir o desrespeito, a diferença na forma de olhar e no tratamento, em relação aos outros jovens. Muitas vezes, zombavam até pelo meu modo diferente de falar, comparando com as pessoas de Maputo. Outrossim, tudo isso por não ser oriundo daquela região. Igualmente, era visto como um estranho que veio roubar espaço, tudo por causa do meu pertencimento regional e étnico, isso despertou a minha atenção, na qual, comecei a observar os vários obstáculos que o pessoal do Norte e Centro enfrentam na Cidade de Maputo[2].

Em síntese, este projeto de pesquisa pode colaborar para que a sociedade moçambicana possa entender estas questões para traçar novos caminhos de socialização. Assim, este trabalho poderá contribuir para ampliar a literatura que trata dos conflitos étnico-sociais e do regionalismo e tribalismo em Moçambique, podendo ser um ponto de partida para outros/as estudiosos/as que queiram tratar deste fenômeno. Por sua vez, este trabalho dialoga também com estudos das ciências sociais e humanas, especialmente das áreas como história, pedagogia, antropologia, ciência política, sociologia, etc.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 CONFLITOS ÉTNICO-SOCIAL

Refletir sobre a consciência coletiva na sociedade moçambicana requer reconhecer e compreender as diferenças étnicas que, em sua diversidade, produzem distintas formas de

[2] Na cidade de Maputo, a percepção de reconhecimento e prestígio social parece concentrar-se, sobretudo, entre os grupos étnicos da região Sul. Como consequência, grupos provenientes de outras regiões tendem a enfrentar processos de menor reconhecimento e invisibilização, com exceção dos Makondes, da província de Cabo delgado região Norte de Moçambique. De acordo com Bussotti (2023) e Lavieque (2020), tanto os Makondes quanto os grupos étnicos do Sul de Moçambique conquistaram maior visibilidade ao longo da história. Esse protagonismo foi reforçado por discursos construídos desde os primeiros momentos da luta de libertação nacional, contribuindo para que esses grupos fossem amplamente associados ao partido no poder, a FRELIMO.

pensar e agir, inseridas em um contexto marcado por profundas complexidades sociais e históricas.

5.1.1 Conflitos

Conflito pode ser entendido como uma situação de divergência, ademais, Giddens e Sutton (2017, p. 360), afirma que conflito é "luta entre grupos sociais pela supremacia, envolvendo tensões, discórdia e choque de interesses", por isso, que os conflitos podem ser compreendidos como disputas entre grupos sociais que buscam impor a sua supremacia, colocando os outros como inferiores e essas visões são carregadas de disputas e desentendimentos que acabam causando situações de ideias contrárias. Para Chichava (2008), no caso moçambicano, essa dinâmica reflete em alguns episódios de conflitos étnicos e estes problemas estão marcados na história do país, nos quais diversos grupos sociais acabam entrando em discordância e atrito pela afirmação de identidades e luta por espaço político e social. Como Vigevani, Lima e Oliveira, descrevem:

> Em sociedades nas quais existe tensão étnica e as possibilidades de desenvolvimento são muito limitadas, os grupos étnicos tendem a concentrar recursos em sua própria coletividade, privando assim outros grupos de usufruir deles. Conforme seu nível de gravidade, a concentração de recursos pode desencadear guerras civis ou regionais. Em Estados pobres, ter emprego em um órgão público muitas vezes é a única maneira de alcançar uma vida melhor (Vigevani; Lima; Oliveira, 2008, p. 192).

Dialogando com os autores acima citados, esta dinâmica procede com o contexto moçambicano, onde há forte tensão étnica e escassez de oportunidades, com isso, é comum que os grupos étnicos-sociais busquem sempre projetar seus interesses, concentrando os recursos a seu favor como em algumas regiões de Moçambique. Essas visões refletem bastante com o cenário da realidade moçambicana onde a concentração do poder está na capital do país (Maputo), e, muitas vezes, para alguém de outras regiões concorrer em concurso público enfrenta muita dificuldade. Podemos observar atritos no que se refere aos nomes de cada indivíduo, na qual dependendo da sua etnia, carrega um certo apelido[3].

Na mesma linha de pensamento, indivíduos oriundos das regiões Centro e Norte de Moçambique podem enfrentar maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, tanto na esfera pública quanto na privada, quando disputam oportunidades com cidadãos do Sul do país. Em muitos casos, o pertencimento étnico e regional, identificado inclusive pelos apelidos,

[3] Apelido no português moçambicano quer dizer sobrenome, mas também nome dado, ou seja, não biológico.

influencia as relações de poder e favorecimento. No contexto moçambicano, sobrenomes como Sitoe, Machava, Tivane, Chichava e Pachinuapa tendem a carregar maior prestígio social e político, por estarem associados a grupos étnico-regionais historicamente vinculados às estruturas de poder[4].

Ademais, Vigevani, Lima e Oliveira, (2008) mostra que essa lógica de exclusão tem intensificado desigualdades e, em situações mais graves, pode resultar em conflitos armados. Em países marcados pela pobreza, como Moçambique, o emprego no setor público frequentemente representa uma das principais possibilidades de ascensão social. Essa realidade intensifica a disputa entre diferentes grupos étnicos pelo acesso a esses espaços, que muitas vezes se configuram como ambientes de favorecimento. Como consequência, determinados grupos étnicos acabam consolidando posições de supremacia e maior visibilidade no cenário político, nas estruturas administrativas e sociais do país.

Segundo enfatizam os autores Vigevani, Lima e Oliveira (2008), a apropriação de instituições e recursos a partir de critérios étnicos como tem se observado no Estado moçambicano, pode ser entendida como uma forma de discriminação e violação dos direitos humanos, pois gera desigualdades no acesso a oportunidades, o que limita o desenvolvimento coletivo e do país. Do mesmo modo, fragiliza a ideia de *unidade nacional* e aumenta o nível de intolerância, o que compromete a consolidação de uma identidade nacional.

Dialogando com Kwiriwi (2025), que problematiza o perigo de saber apenas um lado da história de Moçambique, destaca-se a necessidade de compreender e melhorar a história do país quando cada etnia começar a participar das decisões do país de forma ativa, efetiva e igualitária assumindo responsabilidade e compromisso com o destino coletivo do país.

Percebe-se assim, que essas tensões históricas entre esses grupos, são vivenciadas através de disputa pelo poder, preconceitos e discriminações étnicas, que acabam por fragilizar a unidade nacional, dificultando a construção de uma identidade moçambicana. Kwiriwi (2025) destaca ainda que a diversidade cultural, expressa nas diferenças de sotaques, costumes e práticas regionais, muitas vezes é desvalorizada e transformada em motivo de discriminação. Tal cenário evidencia desigualdades e a falta de reconhecimento da pluralidade cultural do país,

[4] Alguns dos nomes citados anteriormente pertencem, em sua maioria, a grupos que, ao longo da história de Moçambique, passaram a ocupar posições de maior privilégio e influência no país, concentrando, consequentemente, espaços de poder. Segundo Bussotti (2023) e Lavieque (2020), os grupos étnicos do sul de Moçambique, juntamente com os Makondes, da província de Cabo Delgado Norte do país, conquistaram maior destaque em diferentes esferas da sociedade. Esse processo foi influenciado por fatores históricos que favoreceram a valorização de algumas de suas práticas culturais, contribuindo para a superiorização desses grupos e para a maior visibilidade de seus nomes em relação aos de outras etnias moçambicanas.

contribuindo para a perpetuação da pobreza, da exclusão social e da marginalização de determinados grupos.

Dessa forma, a consolidação da unidade nacional não depende apenas de políticas e discursos nacionalistas, mas sobretudo do reconhecimento e valorização de todas as etnias como protagonistas na construção de Moçambique. Assim, dar espaço a todas etnias seria uma força motriz e valorização da diversidade cultural.

Azagaia (2011) apresenta a questão da rivalidade étnica em Moçambique, mostrando como, muitas vezes, um indivíduo passa a rejeitar o outro pelo sotaque, pela língua e pela região de origem. Assim, a noção de irmandade dentro do território moçambicano só ganhou força durante o período de luta contra o colono, porém, após esse momento, as práticas de exclusão e discriminação notam-se de forma intensificada, onde as manifestações se perpetuam até os dias atuais.

Além disso, Azagaia destaca a ignorância que o moçambicano tem com o seu semelhante da pátria, podendo assim reconhecer uma cultura estrangeira e valorizando apenas aquilo que faz parte da sua pertença étnica, desprezando as outras práticas culturas. Adicionalmente, preferi olhar para a sua coletividade, reconhecer a cultura estrangeira e rejeitar a imensa riqueza moçambicana.

A irmandade que Mano Azagaia destaca não existe nos dias atuais, concluindo-se assim a falta da entreajuda. Observa-se discriminações visíveis entre moçambicanos em diferentes situações. Face a uma exceção, refletindo sobre a ideia de irmandade acaba ganhando uma nova lógica no caso de representatividade nacional, onde por exemplo, quando um cidadão oriundo do Norte e Centro do país alcança sucesso internacionalmente, ele é visto como igual pelos sulistas. Contudo, quando não corresponde às expectativas, a sua *moçambicanidade* passa a ser questionada. Dessa forma, percebe-se que, após a independência, o sentimento de patriotismo que unia os moçambicanos durante a luta contra os portugueses enfraqueceu. A moçambicanidade, antes construída como força coletiva contra o colono, deixou de sustentar a mesma coesão.

Para Menezes (2019) e Chichava (2008), a ideia da moçambicanidade parte da noção de unidade nacional, na qual partiria do entendimento da valorização dos elementos moçambicanos, sem colocar a base étnica como fator principal. Daí a necessidade era construir novas ideias, partindo da reformulação das instituições que carregavam elementos étnicos por exemplo, o entendimento era não ter moçambicanos com noções tribalistas e regionalistas, dando a compreender que a visão étnica e regional não poderia identificar o cidadão moçambicano, nascendo assim o “homem novo”. Com isso, o entendimento de se afirmar

moçambicano partiria dessa premissa, assim quem estaria fora dessas concepções estaria fora do ideal nacional e a Frelimo sustentava isso. Desse modo, quem estaria fora desses princípios era visto como cidadão de má conduta, o "xiconhoca[5]", o inimigo da nação.

Chichava (2008, p. 7) destaca a seguinte frase dita por Samora Machel, "era preciso 'matar a tribo para construir a nação'". Essa ideia enfatiza e elimina as concepções tradicionais de cada etnia, construindo assim práticas que dialoguem com todos os cidadãos sem olhar nas diferenças e diversidades étnicas, trazendo assim o consenso entre os moçambicanos. Nhamaze (2000) demonstra que, embora essas ideias nem sempre se concretizem plenamente na prática, ainda existem elementos capazes de fortalecer o sentimento de pertencimento e unidade entre os moçambicanos. Dentre os quais, a bandeira, o hino nacional, a moeda (Metical) e a capulana. Ademais, na culinária temos pratos como a xima, matapa etc., tudo isso como verdadeiros elementos nacionais e riqueza cultural moçambicana.

Além disso, perante a dinâmica unitária moçambicana diante da diversidade étnica, o que se esperava implementou-se, assim, depois da conquista da independência, observou-se a edificação do Estado-nação, onde se destacava a exclusão dos tribalistas e regionalistas. A ideia era que os moçambicanos focem anti-tribalistas e anti-regionalistas, com intuito de fortalecer a nação, também, olhavam os problemas a partir de cenários tradicionais, linguística etc., que diferencia os grupos étnicos, o que criava, a dualidade entre etnias (superiores e inferiores), isso tudo era visto como um impedimento naquilo que se pretendia, pois, essas contradições faziam com que algumas pessoas não se identificassem e questionassem a sua moçambicanidade.

Somado a isso, a língua portuguesa foi adotada como elemento de unidade nacional, por não estar associada especificamente a nenhum grupo étnico no país. Essa escolha constituiu uma estratégia diante das tensões e reivindicações existentes em uma sociedade multilíngue como a moçambicana, marcada por questões de regionalismo e tribalismo, evitando que uma língua local fosse privilegiada em detrimento das demais. (Lavieque,2020; Bussotti, 2023; Nhamaze, 2000)

Por outro lado, Nhamaze sustenta a seguinte ideia: "adaptou-se uma concepção de unidade nacional identificada com o Partido Frelimo (criado em 1977)" (2000, p. 32). Ademais, mesmo com a dinâmica que o partido implementou e disse reforçar, vários problemas e

[5] Esta palavra no contexto moçambicano é atribuída a pessoas improdutivas, preguiçosas, traiçoeiras e reacionárias. A sua origem vem da junção de xico de (indivíduo) e nhoca de (cobra) o que acaba formando a palavra xiconhoca como uma pessoa negativa. Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/xiconhoca . Acesso em: 28 maio 2026.

fraquezas notam-se em meio a essas narrativas, desde os primeiros momentos da independência até os dias atuais.

Além disso, Lavieque (2020) e Bussotti (2023) ressaltam que mesmo com a independência nacional e promessa da Frelimo, houve uma série de fatores que exaltavam alguns grupos étnicos e uma dada região. Esses esforços foram durante as mobilizações administrativas e através de discursos de ilustre da pátria, como é o caso de José Craveirinha, que colocava as práticas do Sul como Marrabenta, Makwayela como os estilos artísticos do país. Esse reconhecimento só tiveram os Makondes com o Mapiko, o que estabelecia a dinâmica de preferência e reforçava no apagamento e esquecimento das manifestações culturais de outros grupos étnicos.

De igual modo, Lavieque e Bussotti destacam ainda a generalização das práticas culturais da região Sul para todos e não o contraria com as outras práticas. Essa realidade não se manifesta apenas a nível nacional, mas também no contexto internacional. Evidentemente, quando se faz referência às línguas moçambicanas, além do português, frequentemente o Changana, falado na região Sul, é tomado como principal representação linguística do país, em detrimento de outras línguas e grupos étnicos moçambicanos. O mesmo acontece quando se fala de dança e música moçambicana, a Marrabenta tem sido sempre a que se destaca, acabando por ignorar as outras línguas e manifestações artísticas de outros grupos étnicos, fruto duma dinâmica de apagamento de inúmeros grupos e culturas, colocados como o "outro" e exaltação de um "nosso".

Portanto, é fundamental garantir espaço para todos, com isso, a unidade nacional parte da ideia de reconhecer todos como protagonistas da história do país, onde não pode haver exclusão e nem marginalização de cidadãos dentro do mesmo território. Ou seja, é necessário que se escute todas as vozes, assim a valorização da pluralidade é fundamental em sociedades multiétnicas como é o caso de Moçambique.

5.1.2 Etnia

As etnias é o que representa Moçambique como um mosaico cultural e identitário, sendo, por sua vez, um dos problemas nos quais uns não se sentem iguais aos outros, criando estranheza. Diante disso, Giddens e Sutton (2017, p. 207) sustentam que etnia "se refere a um grupo social cujos membros compartilham uma consciência de identidade cultural comum distinta dos demais, diferenciando-se como um grupo social". Desta forma, segundo os autores, a etnia pode ser entendida como um grupo de indivíduos que partilham características culturais

próprias, o que os distância dos outros, na qual acreditam não ter a mesma visão do mundo, a esses outros grupos étnicos.

Assim, esta identidade cultural própria é construída a partir de costumes, tradições, valores e formas de vida comuns dentro de cada grupo étnico, o que orienta e norteiam a convivência e a forma de viver desses grupos. Outrossim, diante da diversidade étnica moçambicana essas diferenciações entre os vários grupos são existentes e visíveis, o que faz com que cada grupo reconheça apenas seu grupo, acabando assim por não reconhecer os outros.

Entretanto, na mesma linha de pensamento, os autores Poutignat e Streiff-Fenart (1998); Sena e Lanza (2025) afirmam que o termo etnicidade nasce do termo etnia. Todavia, enquanto etnia se refere a um grupo, a etnicidade está associada ao sentimento, com base nas ideias e valores que os indivíduos compartilham. Em alguns lugares, na cidade de Maputo, é visível elementos e expressões característicos típicos do Norte do país, como por exemplo o bairro da Mafalala, observa-se presença de fatores como língua, valores morais, religiosos, etc., Segundo Cabaço (2007, p 396), "a partir do século XVIII intensifica-se, entre os Macuas, uma forte influência islâmica, que impregnou muitos aspectos de sua cultura". Assim, percebe-se edificações de várias mesquitas neste lugar e ao seu redor, diferentemente a outras partes da cidade, tudo isto fruto dessa influência.

Com isso, mesmo que várias pessoas em Mafalala e ao redor não tenham nascido no Norte, é visível o sentimento que carregam, fruto de convivência ou mesmo herança familiar. Nesse sentido, enquanto que a etnia é percebida como um grupo de pessoas, a etnicidade nasce do mesmo termo, mas como sentimento de pertencer a um grupo específico formando uma identidade.

Poutignat e Streiff-Fenart (1998) trazem a ideia da identidade cultural como um elemento que sustenta a base étnica. Adicionalmente, essa identidade cultural, segundo os autores, pode se sustentar a partir da perspectiva linguística e religiosa. Daí percebe-se que essas duas categorias são elementos fortes na construção de grupos étnico-sociais e também pontos de divergência entre eles, em que uns colocam a sua língua e religião como a ideal e verdadeira. Nessa lógica, "a língua e a religião desempenham um papel importante, talvez porque elas autorizam a comunidade de compreensão entre aqueles que compartilham um código linguístico comum ou um mesmo sistema de regulamentação ritual da vida" (Poutignat; Streiff-Fenart 1998, p. 38). Por sua vez, esses dois conceitos funcionam com papel central e de coesão dentro dos grupos étnicos, porque permitem que os membros compartilhem o mesmo entendimento e práticas comuns, reforçando a união e a identidade cultural.

Não obstante, esses dois elementos identitários destacados pelos autores tem sido um dos empecilhos de alguns grupos sociais que buscam afirmação e melhores condições de vida na cidade Maputo. A diferença de comportamento e a forma de falar comparado com os nativos (os de Maputo), acaba colocando vários grupos étnicos oriundos de Norte e Centro como *outro*, mesmo sendo moçambicano, passando por discriminações e preconceitos linguísticos, o que é muito recorrente.

Bagno (2007) demonstra como o preconceito linguístico se manifesta a partir de visões preconcebidas e, por sua vez, acaba por perpetuar em desigualdades e exclusões. Bagno (2007, p. 52) destaca ainda o mito nº 6 que diz "o certo é falar assim porque se escreve assim", essa noção mostra a particularidade da fala de várias pessoas dentro do território moçambicano, na qual a diversidade é um elemento que não se pode negar. Desse modo, a lógica *o certo é falar assim porque se escreve assim* nem sempre vai funcionar em meio a essa diversidade cultural, porque, os grupos étnicos que se acham superiores vão colocar a sua forma de falar como a certa, a ideal, reforçando a ideia de que todos devem falar da mesma forma que eles. Assim, acabam por definir sua maneira de falar como o belo e a norma sem dar conta da diversidade e das variações linguísticas de cada região ou lugar do país.

A ideia de Bagno (2007), reflete sobre a realidade de vários grupos étnicos moçambicanos, que não pertencem por exemplo a cidade de Maputo, sofrem preconceito linguístico ao chegar neste lugar. Desse modo, os cidadãos do Centro e Norte passam por negações e exclusões, situações recorrentes em Maputo. O elemento linguístico também orienta práticas discriminatórias, uma vez que as variações do português falado em Moçambique são influenciadas pelas diferentes línguas nacionais, locais e regionais. Dessa forma, os moçambicanos carregam, em sua fala, marcas linguísticas próprias que os distinguem por meio do sotaque, tornando a linguagem um fator de diferenciação social e étnica.

Com isso, a dificuldade que algumas pessoas do Sul têm em identificar de que província verdadeiramente são as pessoas do Centro e Norte faz com que concluam, muitas vezes, que todas as pessoas dessas regiões têm a mesma forma de falar. Assim, o que Bagno destaca no mito nº 6, vai condicionar, por exemplo, as pessoas de Nampula a pronunciar algumas palavras em português da sua maneira, fruto da influência da sua língua (Emakhuwa) e esses elementos não vão ser olhados como forma característica deles, mas sim como uma forma errada de falar[6].

[6] A dinâmica observada no mito 6 "o certo é falar assim porque se escreve assim", discutido por Bagno (2007), aproxima-se por exemplo a lógica de alguns indivíduos oriundos de Nampula, residentes em Maputo. Embora o autor não trate especificamente da realidade moçambicana, a ideia apresentada permite compreender como determinados usos da língua podem ser avaliados com base na escrita considerada padrão. Nessa perspectiva acabam sendo percebidos como pessoas que "não pronunciam corretamente" as palavras, uma vez que suas formas

Dessa forma, Bagno (2007) nos leva a refletir que não existe uma única forma correta de falar, uma vez que cada modo de expressão carrega elementos culturais, sociais e regionais próprios, que diferenciam os sujeitos e revelam suas origens e pertencimentos. Logo, a ideia presente no mito 6, quando analisada de forma mais ampla, pode ser aplicada a diferentes contextos, uma vez que aquilo que é considerado certo em determinado lugar pode ser considerado errado em outro.

Por isso, cada grupo étnico diferencia-se uns aos outros, porém essa diferença não pode superiorizar ninguém, assim como inferiorizar. Ademais, essas diferenciações linguísticas devem se olhar como peculiaridade diante da diversidade existente em Moçambique.

5.2 REGIONALISMO

Diante dos problemas que se apresentam através dos conflitos étnico-sociais em Moçambique, percebe-se que o regionalismo tem provocado tensões e desentendimentos na sociedade moçambicana, tornando necessário um olhar mais atento sobre essas ideias particularistas, que coloca os indivíduos a superiorizarem as suas regiões e os seus grupos étnicos.

De acordo com os autores Sena e Lanza (2025), percebe-se que o não reconhecimento da pluralidade étnica, assim como regional acaba fazendo com que muitos olhem o seu lugar de pertencimento como único e essencial, ignorando outras realidades. Portanto, essas visões são carregadas como realidades concretas. Conclusões como essas trazem dinâmicas de interiorização regional que no contexto moçambicano acabam por dividir as identidades regionais em fracas e superiores, negligenciando o imaginário da unidade nacional. Entretanto, diante dessas narrativas o regionalismo envolve a categoria região e a identidade regional, que são guiadas e classificadas por forças políticas.

A construção social sustenta essas visões, na qual, esse imaginário pode mudar. Constata-se assim que essas atribuições regionais não são meramente verdadeiras. Ademais, o regionalismo pode ser entendido como um conjunto de ideias ou valores específicos que caracterizam uma região. Por sua vez, a identidade regional é compreendida como sentimento de pertencimento dos indivíduos dessa região, através dos seus valores culturais, diferenciando assim com outras regiões.

---

de falar diferem da expectativa construída em torno da variedade linguística socialmente prestigiada ou considerada certa.

O regionalismo pode afetar negativamente a conjuntura social e nacional. Os autores Sena e Lanza (2025) sustentam que essas ideias fazem com que existam certos grupos que defendem os seus interesses, influenciando assim na política do país, onde, muitas vezes, afeta a mobilidade de certos grupos étnicos. Outrossim, conclui-se com isso que certas decisões ficam centradas para determinados grupos, garantindo a eles o poder de decisão nos grandes órgãos nacionais.

Os autores acima destacam a ideia de hierarquização entre regiões, o que leva muitos cidadãos das regiões consideradas menos desenvolvidas a se deslocarem para aquelas vistas como superiores, em busca de melhores oportunidades. Essa é a dinâmica de Moçambique, porém, não é fácil para as pessoas de outras regiões do país conseguirem espaço, aceitação e reconhecimento nas instituições de poder na cidade de Maputo.

Essas visões estão patentes na sociedade moçambicana e se observa com muita intensidade, por exemplo no cenário midiático. Nenhuma televisão dentro das regiões Norte e Centro tem alcance em comparação com Maputo. O que faz com que vários jovens das regiões Norte e Centro do país, para alcançar visibilidade e sucesso, precisem se deslocar para esse lugar. As construções dessas narrativas acabam parecendo verdadeiras, assim, essa dinâmica acaba recaindo para todas esferas da sociedade, seja na música, desporto, moda, etc., fazendo com que todo jovem que queira promover os seus trabalhos artísticos se desloque para a cidade de Maputo para poder alcançar a notoriedade nacional. Em síntese, Sena e Lanza (2025) salientam que a ideia de centralização de infraestruturas e de instituições públicas e privadas numa dada região faz com que um grupo étnico se sinta superior que as outras.

Os conflitos étnico-sociais têm trazido vários problemas em Moçambique desde a luta da independência até os dias de hoje, onde, essa problemática está associada a características do regionalismo e tribalismo. Outrossim, percebe-se que existe concentração de poder numa dada região em comparação com as outras duas, fazendo com que a região sul pareça superior e, por consequência, os cidadãos dela superiores em relação aos de outros lugares. Lavieque fundamenta que,

> A discriminação era difundida e aplicada a ferro e fogo e foi recebida com satisfação por etnias que pela história sentiam-se superiores por natureza. Sentindo-se reconhecidos pelo colonizador essas etnias foram ampliando o seu complexo de superioridade em relação a outras etnias, ensinando às novas gerações, na sagrada oralidade das típicas fogueiras da tarde. A região sul de Moçambique, onde o colonialismo português tinha maior concentração e, simultaneamente, o maior volume de investimentos, sentiu-se mais privilegiada e com superioridade expressiva, em relação às restantes regiões do território (Lavieque, 2020, p. 228).

Em conformidade com Lavieque, percebe-se como a lógica de superiorização entre etnias se mantém viva e estruturada dentro da sociedade moçambicana até os dias de hoje. Essa percepção, enraizada historicamente, é transmitida às novas gerações como se fosse uma verdade absoluta, reforçando desigualdades, e criando classificações étnicas e regionais hierarquizadas.

A cidade de Maputo, ao longo do tempo, foi se tornando uma das áreas privilegiadas em termos de infraestruturas e investimentos, muito em função das políticas herdadas do colonialismo português. Como consequência disso, muitos cidadãos dessa região passaram a olhar o seu lugar de origem como superior, naturalizando essa posição hierárquica. Essa sensação de superioridade acaba irradiando para todo o território nacional, afetando profundamente as relações sociais.

Observa-se, por exemplo, que cidadãos oriundos das zonas Norte e Centro, ao chegarem em Maputo, são frequentemente tratados como inferiores. Essa dinâmica se reproduz em diferentes espaços do cotidiano moçambicano. Inversamente, quando alguém de Maputo se desloca para o Centro ou Norte, é recebido como alguém de status superior, o que facilita o seu posicionamento e ascensão nesses lugares. O mesmo não ocorre para quem migra de Norte e Centro para a região sul, onde enfrenta maiores barreiras por causa da sua pertença étnica e regional.

Assim, torna-se visível essa hierarquização regional no contexto moçambicano, Lavieque (2020) afirma que estão sendo transmitidas e ensinadas essas visões de superiorização às gerações mais novas, como se fosse algo natural. Há, portanto, uma urgência em se repensar e reconstruir essa dinâmica. Se essas visões foram ensinadas e reproduzidas ao longo do tempo, também é possível ensinar o contrário que nenhuma superioridade regional ou étnica é uma verdade como parece.

Dessa forma, reconhecer essas nuanças é um passo essencial para quebrar essa dicotomia e promover a ideia de um verdadeiro Moçambique onde todos os cidadãos, do Sul, do Centro e do Norte sejam vistos e tratados como parte igual e legítima do mesmo país.

Segundo Ruth Benedict (2000), *a herança cultural* molda profundamente o comportamento humano, pois tanto adultos quanto crianças são guiados pelos costumes, e não pelo instinto propriamente. Essa reflexão ajuda a compreender a realidade moçambicana onde, as relações entre as regiões do Sul, Centro e Norte são marcadas por percepções construídas historicamente e transmitidas como verdades.

Assim, observa-se que muitos cidadãos do Sul, particularmente de Maputo, olham para pessoas do Norte e Centro a partir de preconceitos e marginalização que são fruto dessa herança

cultural. Tomando o raciocínio dá Benedict (2000) *a herança cultural* acaba moldando o ser humano em todo lado, que por sua vez, os cidadãos do Norte e Centro constroem uma imagem específica do indivíduo do Sul frequentemente percebido como alguém dotado de valores, ética ou status superior, o mesmo não acontece com as pessoas do Sul em relação às pessoas de Centro e Norte que muitas vezes são vistas como inferiores. Observa-se aqui uma visão dualista do outro, o que faz com que cada grupo enxergue o outro a partir de categorias rígidas e herança cultural ensinadas ao longo dos anos, e essas concepções acabam sendo transmitidas às novas gerações, moldando a sociedade como um todo.

Além disso, o olhar que muitos jovens do Norte e Centro têm sobre pessoas de Maputo é frequentemente de admiração e exaltação, ao passo que os do Sul têm a sua lente sobre as pessoas do Norte e Centro de desprezo e rebaixamento. Isso pode se evidenciar quando um jovem que vive por algum tempo em Maputo, quando retorna à sua cidade e tenta reproduzir o jeito de falar dos maputenses, procurando adquirir status. Essa reprodução revela o valor simbólico que foi socialmente atribuído à forma como as pessoas de Maputo falam, que muitas vezes é considerado superior. O inverso, contudo, não acontece, a um jovem do Sul que vá ao Norte ou Centro não obtém o mesmo prestígio ao adotar o modo dos ditos xingondos. Essa assimetria reforça a crítica da Benedict (2000, p. 18) a "nossa cegueira perante outras culturas" indicando como percepções desiguais são naturalizadas.

Diante disso tudo, torna-se evidente que a abordagem *a herança da criança* que a Ruth Benedict (2000) destaca, deve-se olhar com atenção, porque a necessidade de uma transformação profunda na forma como os saberes e valores são transmitidos na sociedade moçambicana. Desconstruir as noções do tribalismo e do regionalismo não é um desafio simples, mas também não é impossível. Trata-se de um processo coletivo, que exige, um esforço para ambos os lados, certamente, os cidadãos do Sul, é necessário que reconheçam que os privilégios histórico-culturais que possuem foram construídos e reforçados, onde acaba por desumanizar e negar espaços aos outros grupos.

É necessário entender que esse fenômeno afeta categoricamente a população e fragiliza a ideia da moçambicanidade. Portanto, em conformidade com Chichava (2008), percebe-se que a necessidade de se tomar medidas face a essa situação, para que tenhamos um Moçambique justo e transparente, onde ocupar uma posição qualquer ou de privilégio não seja motivo de desconfiança, mas sim de merecimento, porque entre os diversos aspectos que marcam a história de Moçambique, destaca-se manifestações e queixas recorrentes de certos cidadãos que se sentem afastados do poder político e não só, tudo isso por causa da sua pertença.

Os problemas étnicos e regionais dificultam a mobilidade de muitos grupos étnicos na cidade de Maputo, acabando por se entender que mesmo que todos dentro do mesmo país se reconheçam como moçambicanos, existem outros limites que vão criar barreiras em algumas pessoas. Assim, Boletim da República, atrás da constituição de Moçambique, no artigo n. 6 diz o seguinte: "O território da República de Moçambique é uno, indivisível e inalienável, abrangendo toda a superfície terrestre, zona marítima e o espaço aéreo delimitados pelas fronteiras nacionais" (Moçambique, 2004, p. 543).

A ideia da territorialidade que a constituição moçambicana traz acaba eliminando as visões separatistas causada pelo regionalismo que foca apenas num lugar específico, assim, segundo a constituição da República, o território moçambicano é uno e indivisível, dessa forma, é fundamental garantir espaço para todos, com isso, a unidade nacional parte da ideia de reconhecer todos como protagonistas da história do país, onde não pode haver exclusão e nem marginalização de cidadãos dentro do mesmo território. Ou seja, é necessário que se escute todas as vozes, assim a valorização da pluralidade é essencial, porque é riqueza em sociedades multiétnicas como é o caso de Moçambique. Por outro lado, Meneses salienta que:

> A administração política de Moçambique independente, liderada pela FRELIMO, almejava governar em nome do povo, povo este que se revelava extremamente diverso, dividido entre ambientes rurais e urbanos, com diferentes crenças religiosas, opções políticas, etc. (Meneses, 2019, p. 162).

Para Meneses (2019), a promessa que o partido Frelimo, almejava onde embora o povo seja diverso, era conduzir o país para um mesmo caminho mesmo diante dessa diversidade étnica e administrativa que divide as pessoas entre zonas rurais e cidades tem que se fazer sentir, o desejo do partido era de alcançar o sucesso dos cidadãos moçambicanos sem olhar nas visões distintas o que caracteriza o povo Moçambicano, assim o partido no poder tinha traçado o plano de liderar todos de igual modo, mesmo com as suas diferenças, mas não é o que se observa quando olhamos a dinâmica do país.

Desse modo, percebe-se que para além do poder estar centralizado e se ter um plano em que, a Frelimo desejava alcançar em prol do povo moçambicano, tem certos grupos ocupando espaços em desvantagem aos outros grupos étnicos, na qual, alimentam e propagam essas noções desde a conquista da independência até os dias atuais. Portanto, o discurso que a Frelimo estava a incentivar era de representação e união popular diante de toda a diferença.

A partir da lógica de superiorização regional, a classificação entre os grupos étnicos acaba se olhando de outra forma, evidenciando que as tensões entre os grupos étnico-sociais

não são recentes no contexto moçambicano, mas tendem a reforçar disputas e hierarquias já existentes. Nesse sentido, embora o termo "tribalismo" seja frequentemente utilizado para descrever situações de diferenciação e conflito entre grupos, Chichava (2008) destaca que ele carrega uma conotação negativa, o que contribui para sua rejeição em vários contextos.

Assim, quando se ouve na palavra tribalismo vem a noção de um mal que fragmenta a estrutura social. Segundo Amselle (2014), ao analisar *o tribalismo moderno* na África, percebe-se a dificuldade que os antropólogos atuais têm em analisar as questões de conflitos, discórdias e revolta no contexto africano, sem associar em ideias tribalistas. Contudo, isto é o que se observa em vários contextos de países africanos, e Moçambique não foge dessa realidade. Essa concepção é sustentada por vários problemas envolvendo os grupos étnicos, que usufruem do poder e privilégios que o país oferece e essas noções são carregadas de intervenções discursivas através de visões regionalista e tribalista, o que faz com que legitimem o seu poder na esfera política e social.

Outrossim, o que se percebe com Amselle (2014) é que narrativas regionalistas e tribalistas têm criado uma lógica sistemática de exclusão. E em Moçambique, visões essas colocam certas etnias num lugar de domínio, e isso já fica definido na política do país, "ao aceitarmos esse ponto de vista, torna-se manifesto o facto de não existir nenhum aspecto de diferenciação entre o «tribalismo» e a «etnicidade» [...]" (Amselle, 2014, p. 49). O autor traz a necessidade de se pensar os grupos étnicos, na qual, a hierarquização não pode ser vista como algo permanente. Assim, estas noções podem ser percebidas a partir de processo histórico e político que ao longo do tempo vem alimentado concepções de civilizados e selvagens.

O antropólogo e sociólogo sul-africano Archie Mafeje, um dos principais intelectuais africanos críticos do colonialismo, do apartheid e da ideia de "tribalismo" como categoria explicativa das sociedades africanas. Sua produção acadêmica esteve profundamente ligada ao contexto político da África do Sul durante o apartheid, período em que desenvolveu reflexões sobre desigualdade racial, dominação colonial, identidade africana e relações de poder. Archie Mafeje (2020), em suas críticas ao tribalismo, vem com a ideia de que, tradicionalmente, os povos na África do Sul, quando querem identificar a origem das pessoas optam por perguntar o lugar de onde elas vêm, o que demonstra que "não possui uma palavra para dizer 'tribo', mas apenas para 'nação', 'clã' e 'linhagem'" (2020, p. 255). Essa noção também se observa no contexto moçambicano que esses termos não são propriamente das sociedades africanas. Por outro lado, Mafeje aponta que a antropologia produzida naquele contexto inicialmente reforçou essas visões tribalistas, pois o seu objeto de estudo eram as ditas "sociedades tribais ou primitivas" africanas.

Segundo o autor, apesar de se mostrar que o termo *tribo* esteja fora de uso, o tribalismo continua persistente em diversas sociedades africanas. Com isso, “a questão básica real é se é possível haver ‘tribalismo’ sem tribos” (Mafeje, 2020, p. 259). Com esses apontamentos dá para entender que as entidades coloniais instituíram e reforçaram essas noções coloniais e tribalistas, na qual constata-se a seguinte ideia mafejeana de que *o africano moderno é um produto fruto do colonialismo,* o que faz com que a discriminação e exclusão de certos grupos étnicos prevaleça até os dias atuais e estrutura os grupos hierarquicamente, e essa prática é uma constante atual em Moçambique, fruto das ideologias coloniais e de tribalista.

Chichava (2008), traz a ideia das palavras tribo e etnia, pois, a necessidade de olhar o tribalismo como comportamento que visa dar protagonismo em defesa de alguns, rejeitando completamente os outros, por isso:

> Antes de mais, é preciso sublinhar que tribo e etnia são dois termos quase equivalentes. Para P. Mercier, uma etnia é um “grupo fechado, descendendo de um mesmo antepassado ou, mais geralmente, tendo a mesma origem, possuindo uma cultura homogénea e falando uma língua comum[3]. Por seu lado, J.Honigmann afirma que" em geral, os antropólogos estão de acordo sobre os critérios através dos quais uma tribo (como sistema de organização social ou político) pode ser descrita: um território comum, uma tradição de descendência comum, uma linguagem comum, uma cultura comum e um nome comum...” [4]. Segundo Catherine Coquery-Vidrovitch, o conceito de etnia teria aparecido pela primeira vez no vocabulário científico por volta de 1787. Nessa altura, tinha uma conotação religiosa, significando “pagão”,em oposição ao cristão ou ao judeu5. Com a emergência do imperialismo colonial nos finais do século XIX, o conceito vai mudar de sentido, passando a designar os povos ou sociedades consideradas “primitivas” ou pré-industriais, em oposição às sociedades ocidentais ou evoluídas. A partir dessa altura, a tribo ou etnia, em oposição à nação — fenómeno então tido como tipicamente ocidental — foi considerada como um fenómeno africano ou asiático, onde os respectivos povos não teriam consciência da sua unidade nem vontade de viver em conjunto. (Chichava, 2008, p, 2).

Chichava traz esses argumentos para poder elucidar como essas palavras deram as ideias daquilo que faz com que muitos não se sintam pertencentes ao mesmo grupo, além disso, mesmo com essas contradições percebesse que as sociedades europeias começaram a usar essas palavras apenas para designar as sociedades africanas e asiáticas, mostrando a sua superioridade perante a essas sociedades na qual eles denominavam arcaicos. Óbvio que essas ideias engrenaram no chão dessas sociedades, assim Moçambique parte-se dessas ideias, na qual alguns grupos étnicos passam a agir na posição em que os europeus se colocavam, ignorando a existência dos outros, daí aquilo que partiu para inferiorizar os africanos, os mesmos africanos levaram, e essa dinâmica ficou engrenado, e Moçambique é um desses país, onde, aqueles que se sentem superior colocam os outros grupos como primitivos e incivilizados.

Dessa forma, segundo Chichava (2008) enfatiza que o tribalismo está sendo utilizado como mecanismo que coloca os outros a usufruir do poder, assim este fenômeno deve se olhar como um problema. Porém, segundo os ideais do país, a dinâmica de distinção entre etnias rompe com a noção de unidade. Adicionalmente, essa construção identitária a partir dos moldes de hierarquização passa a ser motivo de questionamento, porque acaba excluindo certos grupos étnicos do cenário político e social, com vista a ascender, aumentando assim o prestígio daqueles que estão no topo, nesses lugares.

Diante dos problemas causados pelo tribalismo na sociedade moçambicana, vários autores destacam a divergência de ideias e opiniões, o que acaba colocando em ameaça a estabilidade do país, porém nos últimos anos tem se observado conflitos. Com tudo, é necessário se discutir estes problemas, onde na sua maioria tem parecido como algo ignorado, acabando por perpetuar dinâmicas de superiorização e inferiorização étnica. Assim, perante os desafios que muitos cidadãos enfrentam na cidade de Maputo, a necessidade de se discutir estes problemas, partindo da sua origem e como tem sido reforçado durante esses anos. Entretanto, Chichava (2008, p. 3), destaca o seguinte, "para compreender os contornos da questão identitária em Moçambique, partir-se-á, antes de mais, do período da formação da Frelimo e da guerra colonial (1961-1974)".

Ademais, é preciso considerar estes dois momentos, que mostram como os problemas identitários na sociedade moçambicana começaram, o que acaba justificando o status quo do país. Outrossim, a dinâmica da não aceitação de vários grupos étnicos na região sul, concretamente na cidade de Maputo, acaba colocando moçambicanos de regiões Norte e Centro como estranhos, o que justifica a exclusão dessas pessoas nesse espaço.

Além disso, Lavieque (2020) e Chichava (2008), destacam que a descriminação étnica esteve presente desde o primeiro momento da criação da Frelimo. Os movimentos nacionalistas como a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a União Nacional para Moçambique Independente (UNAMI) de forma separada lutavam para acabar com a colonização portuguesa, daí houve a ideia de juntar esses três movimentos. Na qual, na fusão desses movimentos destacasse a formação da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que se consolidou reforçando o objetivo de lutar, para acabar com a hegemonia portuguesa e conquistar a independência.

Segundo os autores acima citados, ressaltam que diante desses três movimentos nacionalistas, a UDENAMO merece a atenção porque na sua fileira tinham líderes de regiões e etnias diferentes. Outrossim, para concorrer para a presidência da Frelimo a UDENAMO tinha Adelino Gwambe da (região sul) e Uria Simango da (região centro). Porém, esses dois tinham

suas particularidades, o Adelino diante da sua notoriedade não poderia ocupar o lugar de presidente por causa do seu nível baixo de escolaridade, diferentemente do Uria Simango, que tinha tudo para ocupar este lugar, a não ser a sua pertença étnica que o impedia, começou aqui a se perceber a maneira diferente de tratamento, trazendo a questão de discriminação étnica dentro desses movimentos.

Mesmo assim, Lavieque (2020) e Chichava (2008) demonstram que o maior número de membros dentro da UDENAMO era da região Sul, o que fortalecia as ideias discriminatórias. Assim, houve a necessidade de os Tsongas contactarem uma pessoa do Sul, com um nível aceitável para ocupar este lugar. Por outro lado, a meio de toda essa turbulência e negação de ceder o poder, a uma pessoa que não fosse da região Sul, foi nessa circunstância que Eduardo Mondlane natural de Gaza (região sul) concorreu como membro da UDENAMO, na qual, foi eleito Presidente da Frelimo e o Uria Simango ficou no lugar de vice-presidente.

Perante a essas dinâmicas e formas diferente de tratar os seus líderes através de diferenças étnicas e regionais, a Frelimo também alimentava essas dinâmicas, Chichava (2008), destaca a situação do Instituto Nacional Moçambicano em Dar-es-Salam que tinha o propósito de formar jovens moçambicanos para servir o país. Entretanto, jovens do norte do rio Save mostravam descontentamento na maneira como eram tratados em detrimento aos do Sul, onde quando um cidadão do Norte reprovava era enviado para campo de treino, o mesmo não acontecia com os jovens do Sul. Processo assim de tratamento exclui e marginaliza vários jovens do Norte e Centro de Moçambique, onde na cidade de Maputo, dinâmicas do tipo acontecem de forma recorrente.

Segundo Chichava (2008), com a morte de Eduardo Mondlane em 1969, o que parecia certo era que o vice-presidente ocupasse o lugar da presidência e não foi o que aconteceu, criando assim uma forte tensão dentro da Frelimo o que fez com que Uria Simango se afastasse da Frelimo. Assim, assumia o poder mais um cidadão do Sul “Dissolvida a Comissão Presidencial, Machel foi eleito Presidente da FRELIMO” (Cabaço, 2007, p. 408). Percebe-se aqui que diante de tudo, o fator identitário sempre tomou decisão para a ocupação de poder em Moçambique colonial, independente até nos dias atuais.

De acordo com Lavieque (2020) e Bussotti (2023), depois da conquista da independência, verificou se atribuições de cargos através de fatores étnicos, quase em todas as províncias. Essas ideias colocaram cidadãos do Sul em lugares de prestígio em detrimento aos próprios nativos, salvo a um grupo do Norte Makondes, que acabou se aliando com os Tsongas, dividindo assim o poder, essa dinâmica é notória até os dias hoje, quando se olha na questão de

destaque e ascensão política. Ademais, essas visões são reforçadas através do nepotismo, com ideia de assegurar esses lugares e não perder para outros grupos.

Percebesse assim, que os conflitos étnicos dinamizaram a criação da Frelimo que sempre favoreceu os do Sul, bem como, negando o poder aqueles do Norte e Centro, exceto os Makondes, isso acabou definindo essas pessoas como incapazes, assim essa generalização, traz a noção de que todos que não fazem parte da região Sul são inferiores, assim a palavra *xingondo* é um termo pejorativo (como dito anteriormente), que no Sul de Moçambique é usado para designar cidadãos do Norte e Centro. Mesmo assim, Lavieque traz uma abordagem que sustenta que esses conflitos não se fizeram sentir apenas durante a luta contra a ocupação portuguesa e nem na criação da Frelimo, assim destaca o seguinte:

> FANUEL MAHLUZA (natural do sul do rio Save), membro fundador da UDENAMO, socorre-se da história para afirmar que "é um conflito que houve séculos atrás entre os filhos de Soshangane, Ndawe e Tsonga e que deram origem a rivalidade entre os ndaus e tsongas, sendo ambos os grupos descendentes dos filhos de Soshangane." O Tsonga (xiTsonga, chiTsonga) ou shiTsonga (em inglês) é um idioma da África Austral, falado em Moçambique, África do Sul e Zimbabwe. Em Moçambique constitui o tronco linguístico comum das três línguas faladas a sul do rio Save, quais sejam, o Xironga, o Xichangana e Xitshwa (Lavieque, 2020, p. 229-230).

Com isso, constata-se que os ndaus e tsongas nasceram do mesmo ancestral, o que acabou criando distinção dessas etnias. Entretanto, compreende-se também que durante vários anos o pertencimento desses grupos foi visto a partir da divisão do rio Save, que colocou uns como sendo do Norte e outros Sul, a divergência desses dois polos pode não se pensar apenas durante a criação da Frelimo, mas sim como um problema além disso. Por sua vez, os tsongas durante esses tempos acabaram se consolidando como um grupo com elementos identitários próprios, o que faz com que eles não aceitem outros grupos étnicos, nota-se isso que mesmo com a ideia de unidade nacional os tsongas primam pela hegemonia de sua comunidade, o que acaba infringindo na noção da unidade nacional.

De acordo com Machel (1980) e Lavieque (2020), embora os Tsongas se reconheçam como um grupo a partir de sua inserção regional, as diferenças linguísticas internas produzem hierarquizações entre eles. Nesse contexto, é a identidade regional que os unifica, especialmente quando se confrontam com outros grupos étnicos externos à região Sul, diante de grupos do Norte e do Centro, essa coesão se intensifica, fazendo com que, muitas vezes, os cidadãos oriundos do Sul de Moçambique sejam percebidos como homogêneos nessas regiões, sendo

frequentemente designados pelo termo "Machangana[7]". Tudo isso, parte da ideia de que perante a diferenciação étnica entre eles, no final faz com que se reconheçam como tsongas, acabando assim por se unir, perante a grupos étnicos de Norte e Centro.

Coelho (2022) na sua obra *o humano, o selvagem e o civilizado: discurso sobre evolução natural em Moçambique colonial, 1876–1918*, destaca "os 'tsongas': a criação de uma etnia", na qual percebe-se que ocorreu um fortalecimento étnico entre os grupos da zona Sul, o que acaba unindo-os e colocando eles como parte do mesmo antepassado. Por outro lado, o autor destaca também a noção de tribo, que ao longo do tempo mudou para etnia. Assim, o termo tribo era usado para nomear sociedades vistas como "primitivas", além disso, essas ideias eram reforçadas durante o tempo colonial com o intuito de dividir, com objetivo claro de explorar e melhor reinar nesses lugares, efetivamente as caraterísticas particulares de cada etnia facilitava essas divisões. Lavieque (2020) enfatiza que os ndaus e tsongas nasceram do mesmo ancestral, mas estaríamos diante de uma situação estratégica de separação que acabou criando os tsongas como uma etnia, o que fez com que eles se reconheçam entre si, negando o protagonismo dos outros.

Essas noções guiadas por percepções étnicas são observadas com recorrência em Moçambique, na qual, essas ideias excluem várias etnias, porém é necessário que se problematize. Percebe-se práticas que reforçam e alimentam essa marginalização, com objetivo de manter essa dinâmica. De acordo com Bussotti (2023), a imprensa moçambicana desde muito tempo, tem sido um dos grandes problemas por não abordar questões relevantes e ser contraditório.

Bussotti (2023) destaca a Frelimo como promotor da ideia de unidade nacional, que tinha visões claras a combater. Diante disso, observa-se uma contradição perante os problemas enfrentados por muitos, tem se percebido o silêncio profundo face a esses problemas em Moçambique. Assim, a Frelimo fomenta essas noções, de tal modo problemas como regionalismo e tribalismo têm usado uma *agenda-denial*, constituída a partir dos interesses do partido Frelimo, na qual, o mesmo decide o que a imprensa deve ou não publicar, assim a categoria étnica com os problemas que o regionalismo e tribalismo afeta passa a ser vista como um tabu.

Portanto, com essas nuanças são percebidas através disso tudo que existem práticas discursivas que acabam reforçando o domínio de certas etnias. Com isso, diante de todas particularidades dos tsongas, destacam-se os Makondes que partilham dos mesmos privilégios

[7] Na página 6, na citação direta de Machel, aparece a grafia "Xangana". No entanto, neste trabalho será utilizada a grafia "Changana", com "Ch", para designar a mesma realidade linguística e cultural.

e lugar de destaque. Em síntese, conclui-se assim que nada diante desse cenário de exclusão e reconhecimento que está sendo naturalizado como verdadeiro é possível se desfazer, desse modo, a necessidade de se pensar na unidade nacional no verdadeiro sentido e como uma resposta, do mesmo jeito que os Makondes e Machanganas se aliaram ganhando espaço, os outros grupos podem conseguir também a mesma validação.

6 METODOLOGIA

Para a elaboração desta pesquisa será utilizada uma abordagem metodológica de natureza qualitativa com o objetivo de analisar e interpretar os dados produzidos e coletados durante o estudo. Essa abordagem permite compreender os fenômenos em seus contextos de ocorrência, valorizando a interpretação de significados e experiências individuais e coletivas. A investigação é de caráter descritivo e exploratório que busca compreender as diferentes perspectivas relacionadas ao objeto analisado.

A abordagem qualitativa busca compreender aspectos mais profundos do comportamento humano, oferecendo uma análise detalhada de hábitos, atitudes e tendência, o que permite uma interpretação mais completa dos fenômenos estudados (Marconi; Lakatos, 2011).

Sendo assim, esta pesquisa volta-se para revisão e análise bibliográfica e documental - jornais, legislação, relatórios de governo e de organismos internacionais, letras de músicas de Hip-Hop (RAP), e registros de imprensa. Todas essas fontes desde que falem sobre identidade, tribalismo, regionalismo e diversidade étnica em Moçambique e não só, para ajudar na compreensão e embasamento empírico e teórico desta pesquisa.

Ademais, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com 10 (dez) participantes que vivem em diferentes áreas da Cidade de Maputo. Serão incluídas pessoas nativas da capital, bem como residentes vindos das regiões Norte, Centro e Sul (das províncias de Gaza e Inhambane). O perfil destes interlocutores são: lideranças comunitárias, membros de organizações sociais, pesquisadores ou cidadãos comuns. Estas entrevistas serão feitas de forma on-line. Além destas, serão realizadas de forma presencial entrevista com 5 (cinco) estudantes moçambicanos oriundos de diferentes regiões, residentes em São Francisco do Conde, na Bahia, Brasil.

As pessoas entrevistadas serão convidadas a assinar um termo de consentimento e participação na pesquisa. Como Marconi e Lakatos descrevem que o procedimento semiestruturado:

> [...] pode ser usada com todos os segmentos da população. Há maior flexibilidade e oportunidade para avaliar atitudes e comportamentos, podendo o entrevistado ser bem observado. Possibilita também a coleta de dados importantes que não se encontram em fontes documentais (Marconi; Lakatos, 2011, p. 282).

Dessa forma, as entrevistas serão realizadas presencialmente e online através do Google formulário e do Google meeting, mediadas por um roteiro simples com perguntas abertas, deixando os entrevistados à vontade para falar sobre seu entendimento com relação aos tópicos a serem estudados. Depois de feitas as entrevistas, as respostas e falas serão transcritas, organizadas e, em seguida, submetidas à análise de conteúdo. Essa abordagem possibilitará identificar categorias temáticas emergentes, contribuindo para a compreensão aprofundada das percepções dos participantes.

7 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	**TCC I**				**TCC II**				**TCC III**			
Revisão de literatura bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X				
Leitura e fichamento dos textos	X	X	X	X	X	X	X	X				
Elaboração de roteiro de entrevista e trabalho de Campo					X	X	X	X				
Sistematização do Material da Pesquisa					X	X	X	X				
Análise dos dados e informações								X	X	X		
Redação do TCC								X	X	X	X	
Entrega e defesa do TCC												X

REFERÊNCIAS

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: para uma antropologia topológica. *In*: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. (coord.). **Pelos meandros da etnia**: etnias, tribalismo e Estado em África. Luanda: Edições Mulemba, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto; Mangualde: Edições Pedago, 2014, p. 23-54.

AZAGAIA. *Filhos da…*[música].2011. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LePFVD1qlAE. Acesso em: 24 nov. 2025.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 186 p. ISBN 85-15-01889-6.

BASTOS MARTINS, A. A ideologia do tribalismo (The ideology of tribalism, de Archie Mafeje). **Pontos de Interrogação – Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas-BA: Laboratório de Edição Fábrica de Letras - UNEB, v. 10, n. 3, p. 253–265, 2020. DOI: 10.30620/p.i.v10i2.10903. Disponível em: https://revistas.uneb.br/pontosdeint/article/view/10903. Acesso em: 8 maio 2026

BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Lisboa: Livros do Brasil, 2000. Tradução de Alberto Candeias.

BUSSOTTI, Luca. **Imprensa africana e autoritarismo**: a questão étnica no espaço político e na comunicação social de Moçambique 2012-2022). Porto Alegre,2023. disponível em: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2023.1.44365. Acesso em: 10 fev. 2026.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Antropologia. Área de Concentração: Antropologia Social. Orientador: Porf. Dr. Kabengele Munanga. São Paulo, 2007.

CHICHAVA, Sérgio. **Por Uma Leitura Sócio-Histórica da** Etnicidade em Moçambique. Maputo, Discussion Papers nº 01, Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), 2008.

COELHO, Marcos Vinicius Santos Dias. **O humano, o selvagem e o civilizado**: discurso sobre evolução natural em Moçambique colonial, 1876–1918. Salvador, BA: Sagga, 2022.

CONCEIÇÃO, Francisco Da**. Implicações políticas da cooperação internacional para o desenvolvimento em Moçambique: da solidariedade socialista à trajetória tradicional do Norte e à experiência emergente do Sul (1975-2013)**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Orientador: Prof. Dr. Carlos Sanchez Roberto Milani. Rio de Janeiro, 2015.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. 2. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Atlas sócio-demográfico de Moçambique**: Censo 2017. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2022.

KWIRIWI, Pe. O perigo de saber apenas um lado da história. **Jornal Rigor**, 16 jul. 2025.Disponívelem:https://jornalrigor.co.mz/o-perigo-de-saber-apenas-um-lado-da-historia/. Acesso em: 15 ago. 2025.

LAVIEQUE, Pedro João. Discriminação étnica em Moçambique: elo-base que exige eliminação para paz efectiva. Maputo, Moçambique, **REVES - Revista Relações Sociais**, Vol. 03 N. 03, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/ojs/reves. Acesso em: 8 mar. 2026.

MACHEL, Samora. **Declaramos guerra ao inimigo interno**. Moçambique: Editora Quilombo, 1980.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2011.

MENESES, Maria Paula. **Da descolonização ao pós-colonialismo**: **perspectivas pluridisciplinares**. Porto, Ed. Serviço de Comunicação e Imagem– Faculdade de Psicologia e de Ciências, da Educação da Universidade do Porto, 2019.

MOÇAMBIQUE. **Boletim da República: publicação oficial da República de Moçambique**. I Série, n. 51, 22 dez. 2004. Constituição da República. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004. Disponível em:https://www.masa.gov.mz/wp-content/uploads/2018/01/Constituicao_republica_mocambique.pdf. Acesso em: 15 maio. 2025.

NHAMAZE, Hélder. **A identidade cultural no projeto de construção da nação moçambicana, 1975–1990**: o caso do distrito de Marromeu. 2000. Projeto de pesquisa. Orientadores: Rafael da Conceição e Severino Ngoenha. Maputo, 2000.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SENA, Edmar Avelar de; LANZA, Flávia Silva. Etnicidade e identidade regional nas teorias de regionalismo: uma análise sob a ótica da geografia política. **Caderno de Geografia**, v. 35, n.82, p.1043-1063, 2025. DOI: 10.5752/p.2318-2962.2025v35n82p1043.

VIGEVANI, Tullo; LIMA, Thiago; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Conflito étnico, direitos humanos e intervenção internacional. Dados: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 183–213, 2008.